

Prefeitura Municipal de Capela

Exercício de 2022

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1- Informações Gerais do Município

O município de Capela pertence ao estado Sergipe, tem aproximadamente 34.808 habitantes em termos econômicos a principal atividade é a agricultura, igual várias outras cidades de pequeno porte, o município tem como principal fonte de Receita as Transferências da União como as transferências do FNDE, do FPM, FUNDEB etc.

2- Informações Gerais da Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Município Capela, da gestora Silvany Yanina Mamlak Cavalcante, entidade jurídica de direito público, com inscrição no CNPJ 13.119.961/0001-61, situado na Rua Coelho Campos, 201 – Centro – Cep: 49.700-00 – Capela/Se – sede do poder executivo do município.

As informações apresentadas nos relatórios foram consolidadas constando informações dos órgãos da Administração Direta, indireta, seus fundos e Câmara Municipal, são eles:

- Câmara Municipal
- Fundo Municipal de Saúde
- Fundo Municipal de Assistência
- Prefeitura Municipal

O Município é responsável pela administração e gerenciamento dos recursos financeiros e físicos para o controle do saneamento básico, recolhimento de lixo, preservação natureza existente em seu território, pela Educação infantil e Fundamental e pela Saúde de baixa e média complexibilidade, conservação de vias e edifícios públicos municipais, e assistência a população.

3- Conformidade das Normas

As demonstrações contábeis que compõem a Prestação de Contas do Município de Capela foram elaboradas em observância com os dispositivos da Lei Federal nº4.320/64, da Lei Complementar 101/2000 (LRF), dos Princípios de Contabilidade

Aplicadas ao Setor Público, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTs) e a Resolução nº222/02 do TCE/SE, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª Edição prezando pela conformidade e fidedignidade da situação financeira, orçamentária e patrimonial da entidade, as informações dispostas nos relatórios foram obtidas através do sistema de execução orçamentária, financeira e patrimonial do ente.

A contabilidade do Município adotou evidenciar como circulante, os direitos e as obrigações, com valores de realização em até o final do exercício seguinte. Os ingressos extraorçamentários e outras entradas compensatórias são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso. Os demais ativos que não se enquadram no descrito acima foram registrados como não circulante.

O regime adotado é o Regime de Competência, é o regime contábil segundo o qual transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (não necessariamente quando caixa e equivalentes de caixa são recebidos ou pagos). Portanto, as transações e os eventos são registrados contabilmente e reconhecidos nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. Os elementos reconhecidos, de acordo com o regime de competência, Secretaria do Tesouro Nacional – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição 486 MCASP 2022 Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público são ativos, passivos, patrimônio líquido, variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas;

Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64;

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, o município está em elaboração de normativo para adequar-se aos prazos estabelecidos na Portaria 548/2015 para a partir de então fazer a atualização dos bens adquiridos e já existentes por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem.

Para facilitar o entendimento aos usuários das Demonstrações Contábeis dentre eles o Controle Externo e o Controle Social está sendo utilizado gráficos e planilhas.

4-Demonstrações Contábeis

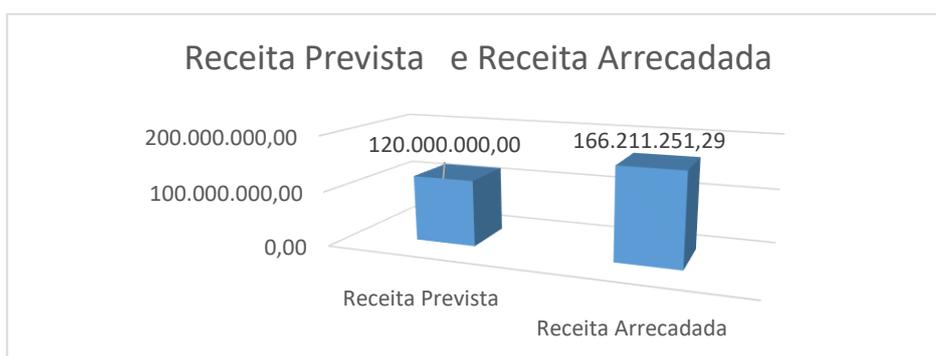
As demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), a finalidade das Notas Explicativas das Demonstrações Brasileiras Aplicadas ao Setor Público é apresentar informações adicionais para auxiliar os usuários na avaliação do desempenho e na administração dos seus bens, bem como auxiliá-los a tomar e avaliar decisões sobre a alocação de recursos.

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário tem a finalidade de evidenciar o confronto entre a estimativa das Despesas e as Receitas com a execução todas as receitas e despesas estão evidenciadas de acordo com o detalhamento exigido pelo TCE/SE e a STN. Considera-se como realizadas as Despesas Empenhadas e as Receitas efetivamente arrecadadas, conforme disposto no Art. 35 da 4.320/64.

As Despesas e Receitas foram estimadas através da Lei Orçamentária Anual, desse modo a Despesa fixada foi R\$ 120.000.000,00 e a Despesa Realizada foi de R\$ 160.222.816,86 já a Receita Prevista foi R\$ 120.000.000,00 e a arrecadada foi de R\$ 166.211.251,29, o valor realizado está a maior que o previsto em decorrência do Excesso de Arrecadação (Demonstrado em gráfico a seguir) que o município obteve recebendo alguns recursos a mais que o previsto.

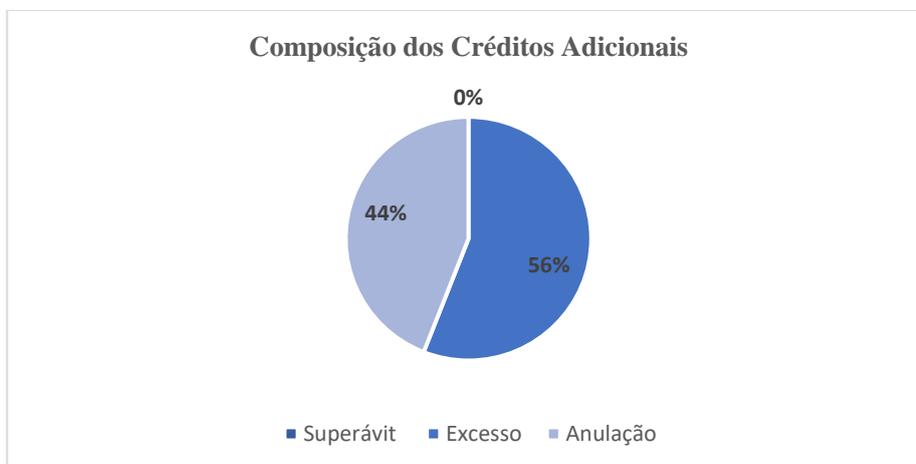


As alterações orçamentárias podem ser realizadas através de abertura de créditos adicionais podendo ser especiais, suplementares e extraordinários.

No município foi aprovado a Lei Orçamentária Anual (LOA) o limite de até 80% para abertura de Crédito Adicional Suplementar. Sendo liberado mais 20 % através da Lei 667/2022, as necessidades das demais Leis foi devido a um valor alto arrecadado no município onde não estava previsto no Orçamento denominado Excesso de Arrecadação.

Do total das despesas executadas no ano de 2022, o valor de R\$ 119.992.334,69 foi custeado com créditos adicionais, sendo R\$ 0,00 por Superávit Financeiro de exercícios anteriores, mais R\$ 43.050.313,77 por Excesso de Arrecadação e mais R\$ 76.942.020,92 através de Suplementação por Anulação de Dotação. O município de Capela, no exercício de 2022 teve abertura de Crédito Especial através das Leis 660/2022 o valor de R\$ 994.000,00 e mais R\$ 1.000,00 também de Crédito Especial através da Lei e 669/2022.

Segue abaixo gráfico demonstrando tal situação.

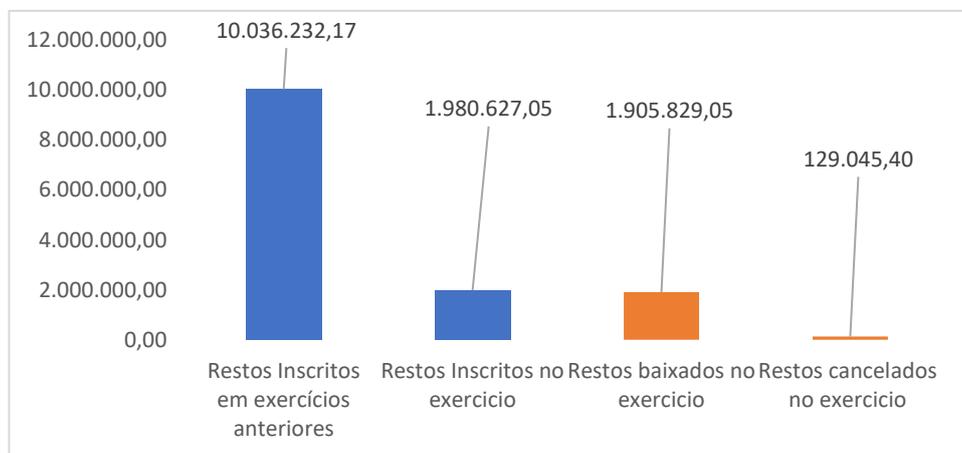


As despesas que foram empenhadas e não liquidadas até o último dia útil do exercício, foram inscritas em Restos a Pagar Não Processados. Já as empenhadas e liquidadas, mas não pagas foram inscritos em Restos a Pagar Processados em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, em atendimento ao Art. Da Lei 101/2000 para a cobertura dos restos ficou em caixa o valor de R\$ 16.007.699,21 suficiente para a cobertura de Restos totalizados em R\$ 9.981.984,77, sendo divididos da seguinte forma:

Restos Processados Inscritos no Exercício	R\$	1.198.394,70
Restos Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	R\$	9.312.947,11
Restos Não Processados Inscritos no Exercício	R\$	782.232,35
Restos Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	R\$	723.285,06
TOTAL	R\$	12.016.859,22

Em cumprimento ao Decreto de Encerramento expedido por esse município e as demais legislações foram cancelados o total de R\$ 129.045,40 sendo R\$ 92.134,03 de Restos a Pagar Processados por prescrição e R\$ 36.911,37 de Restos a Pagar Não Processado. Os restos inscritos em exercícios anteriores a 2021 estão em análise para serem baixados por trata-se de despesas já reconhecidas.

No Anexo de Restos do Balanço Orçamentário está evidenciado que do montante de R\$ 10.036.232,17 inscrito em exercícios anteriores foi baixado por pagamento R\$ 1.471.082,76 de Restos a Pagar Processados e R\$ 434.746,29 de Restos a Pagar Não Processados, os restos inscritos em exercícios anteriores a 2021 estão em análise para serem baixados por tratar-se de despesas já reconhecidas.



4.2 Balanço Financeiro

Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios, as receitas e despesas são evidenciadas conforme origem e aplicação das fontes de recursos e agrupados por ordinários ou vinculados. Os recursos ordinários são

de livre aplicação de despesa, já os vinculados como o próprio nome sugere são tem sua aplicação vinculada a um objeto de despesa.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

4.2.1 Ingressos: a receita orçamentária realizada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; as transferências financeiras recebidas decorrentes ou independentes da execução.

4.2.2 Dispêndios: a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; as transferências financeiras concedidas decorrentes ou independentes da execução orçamentária,

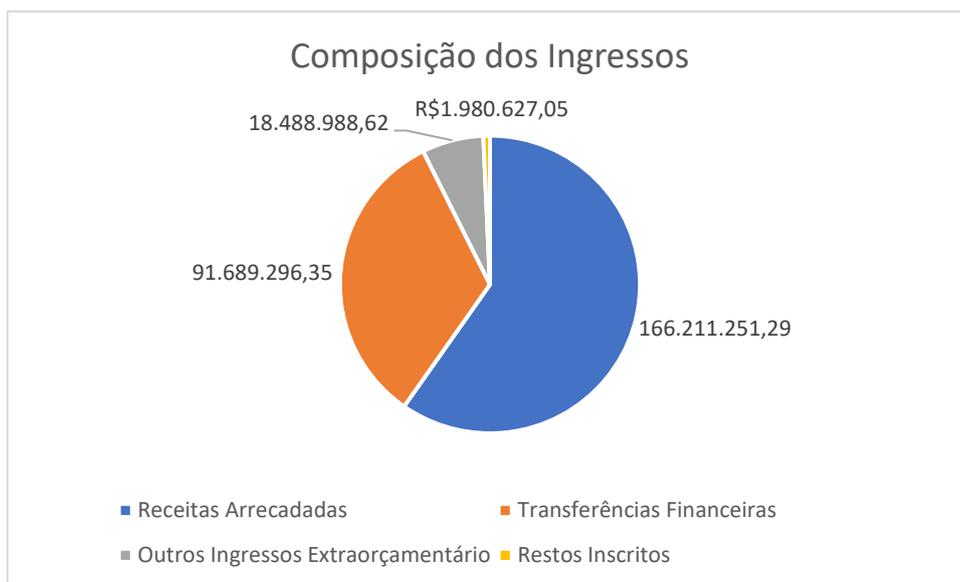
4.2.3 Receitas Orçamentária e Despesas Orçamentárias: Receitas e despesas orçamentárias ordinárias compreendem as receitas e despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. As vinculadas, são aquelas, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

4.2.4 Transferências Financeiras: Os valores demonstrados em Transferências Financeiras demonstrados no Balanço Financeiro são correspondentes a Transferências recebidas da Prefeitura

4.2.5 Recebimentos e Pagamentos Extra Orçamentários: Nos ingressos e dispêndios extraorçamentários, são demonstrados os saldos de valores do ativo e passivo financeiro. Nesse grupo estão os créditos e valores a curto prazo (ativo financeiro), a inscrição de restos a pagar do exercício, os depósitos restituíveis e valores vinculados, e as obrigações e consignações de exercícios anteriores (passivo financeiro).

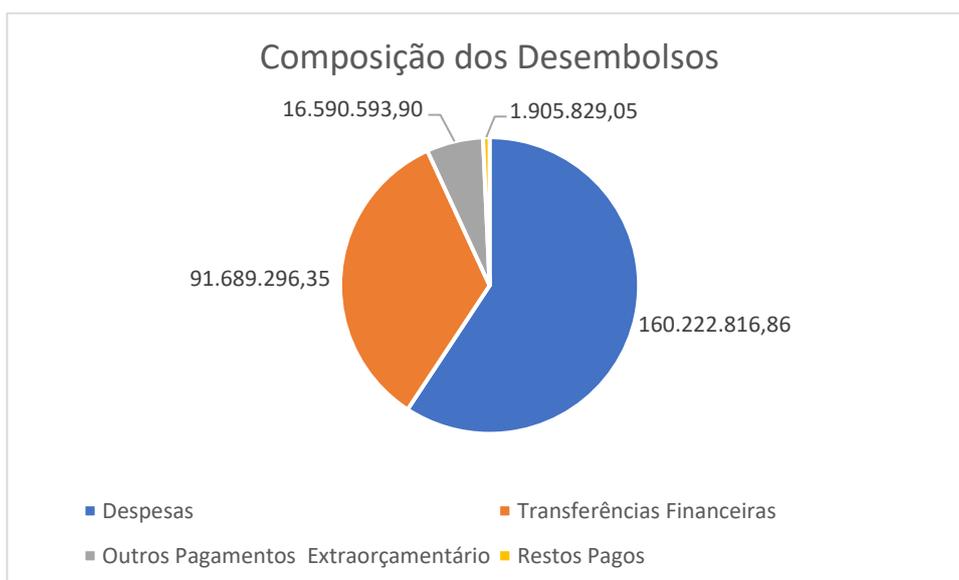
a) Ingressos

	Valores em R\$
Receita Orçamentária	166.211.251,29
Transferências Recebidas	91.689.296,35
Inscrição de Restos a Pagar	1.980.627,05
Recebimentos Extraorçamentários	18.488.988,62



b) Desembolsos

	Valores em R\$
Despesa Orçamentária	160.222.816,86
Transferências Concedidas	91.689.296,35
Restos a Pagar (Pagamento)	1.905.829,05
Pagamentos Extraorçamentários	16.590.593,90



A Prefeitura concentra quase que a totalidade das arrecadações de outros entes e todos os recursos próprios, por isto, para a manutenção dos demais órgãos, transferiu recursos financeiros para os seguintes órgãos:

	Valores em R\$
Fundo Municipal de Saúde	27.128.320,39
Fundo Municipal de Assistência Social	26.874.832,00
Câmara Municipal (Duodécimo)	3.618.989,30
TOTAL	57.622.141,69

Atendendo ao Art. 168 da Constituição Federal o Duodécimo foi repassado até o dia 20 de cada mês em sua totalidade após cálculo efetuado, as sobras não utilizadas no exercício de 2022 foram devolvidas aos cofres do Executivo conforme estabelecido na Emenda Constitucional 109/2021.

4.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público.

O Balanço Patrimonial está estruturado em duas seções: o “Ativo”, que representa os bens e direitos, e o “Passivo e Patrimônio Líquido”, que representam as obrigações e o Saldo Patrimonial. Sendo que o Ativo e Passivo se desdobram em contas do Circulante e Não Circulante.

O Patrimônio Líquido, que representa o Saldo Patrimonial ou a Situação Líquida Patrimonial, demonstra os valores residuais dos ativos, depois de deduzidos todos os passivos. Portanto, através do saldo positivo ou negativo, é possível avaliar a situação líquida do patrimônio público.

A Lei 4.320/64 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o Ativo e o Passivo em dois grupos: “Financeiro e Permanente”, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

No lado esquerdo é demonstrado o ativo do Município que é dividido em Ativo Circulante e Ativo Permanente. No ativo financeiro estará sendo demonstrado o saldo de caixa e banco e demais valores de fácil conversão monetária, ou seja, de alta liquidez. O Ativo Permanente estará registrado os bens móveis e imóveis e demais valores de baixa liquidez. No lado direito estará o passivo circulante e passivo permanente. As contas do

passivo financeiro representam compromissos que deverão ser honrados até o dia 31/12 do ano seguinte, já o passivo permanente são compromissos de longo prazo que deverão ser honrados em um período superior ao dia 31/12 do exercício seguinte.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

4.3.1 Ativo Circulante- Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo, assim subdivididos:

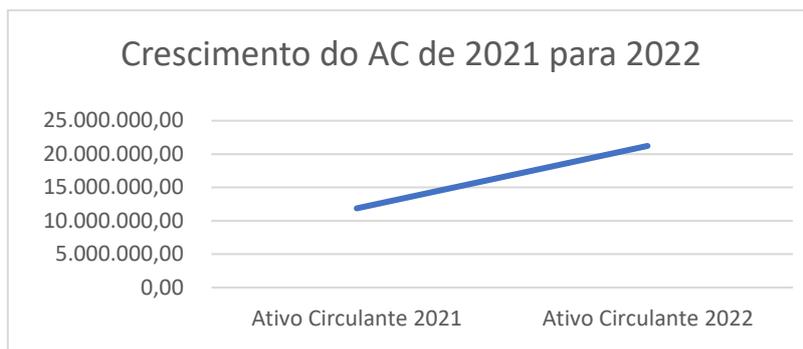
a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os valores registrados nas contas do ativo Caixa e Equivalente de caixa são os saldos bancários que estão registrados de forma consolidada, ou seja, somado o saldo de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do município. Apesar de o nome Caixa estar na nomenclatura, o Município não opera com dinheiro em espécie, todas as transações são feitas via bancos;

b) **Créditos a Curto Prazo-** Créditos à Curto Prazo Os Créditos à Curto Prazo compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa realizáveis no curso do exercício social que estão registrados de forma consolidada, ou seja, somado o saldo de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do município.

c) **Estoque-** Compreende Bens adquirido registrado pelo valor de aquisição, não é considerado Como Ativo Financeiro devido ter atributo P, que está registrado de forma consolidada, ou seja somado o saldo de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do município.

Composição do Ativo Circulante

Contas	Valores em R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.007.699,21
Demais valores a Curto Prazo	2.414.708,46
Estoque	2.794.432,21
Variações Patrimoniais Diminutivas Padas Antecipadamente	3.118,00



O gráfico mostra que houve uma evolução positiva onde aumentou o Ativo Circulante ao final de um exercício para outro, demonstrando tamanha preocupação do gestor municipal em deixar disponibilidade suficiente para cobertura.

Ativo Financeiro tem o conceito diferente de Ativo Circulante, são considerados como Ativo Financeiro os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, portanto o valor de R\$ 2.794.432,21 correspondente ao estoque é considerado como Ativo Permanente.

4.3.2- Ativo Não Circulante

Compreende o ativo não circulante: o ativo realizável à longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível, o maior valor compreende-se a imobilizado.

- a) **Realizável a Longo Prazo-** Compreende os valores registrados da Dívida Ativa do Município, onde houve uma diminuição de 2021 para 2022 o que significa que houve ações para pagamento desses valores mostrando o interesse do município em melhorar a arrecadação Própria, outro ponto é que devido ao fato de no ano de 2021 ainda sob efeito da pandemia onde várias pessoas perderam seus empregos houve uma redução de pagamento da Dívida Ativa.
- b) **Imobilizado-** Compreende os direitos sobre bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade e são classificados em Bens Móveis e Bens Imóveis No subgrupo Bens Móveis são registradas as máquinas, veículos, motores, aparelhos, equipamentos, móveis utensílios e demais móveis que não se caracterizam em imobilizados. O valor registrado neste grupo é. No subgrupo Bens Imóveis estão registrados os Edifícios públicos como Escolas, Unidades de Saúde, Terrenos e mais recentemente bens de uso comum do povo como: praças, pontes, ruas, sistemas de abastecimento de Energia e de água. O valor registrado neste grupo é através do seu valor histórico. Os valores constados no Relatório estão consolidados.

Composição do Ativo Não Circulante

Contas	Valores em R\$
Bens Móveis	19.250.394,42
Bens Imóveis	36.292.050,90
TOTAL	55.542.445,32

4.3.2 **Passivo Circulante**- O Passivo Circulante é composto pelo agrupamento dos compromissos de curto prazo, ou seja, obrigações exigíveis em até doze meses da data do encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis. Compreende as seguintes obrigações: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, os Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Obrigações de Repartição a Outros Entes e Demais Obrigações a Curto Prazo.

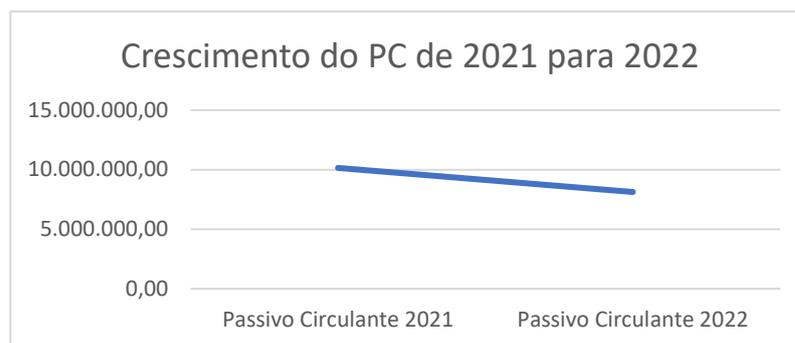
a) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias- Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Neste grupo estão registrados tanto o passivo do exercício que está se encerrando como os de exercícios anteriores (restos a pagar)

b) Fornecedores a Pagar- São valores lançados como restos a Pagar do Exercício e de Exercícios anteriores devidos a Fornecedores ou Prestadores de Serviços para o Município que se pretende quitar o pagamento até o final do exercício seguinte.

c) Valores Restituíveis- O Valor a pagar constado em Valores Restituíveis é em sua maioria correspondente ao INSS, é dívida inclusive de exercícios anteriores confessadas pelo município mas já parcelada junto ao Ministério da Previdência Social.

Composição do Passivo Circulante

Contas	Valores em R\$
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.810.059,55
Fornecedores a Pagar	1.722.292,88
Outros Valores Restituíveis	3.591.728,71
Outras Obrigações a Curto Prazo	1.240,00
Total	8.125.321,14



O gráfico mostra que houve uma evolução positiva onde diminuiu o Passivo Circulante ao final de um exercício para outro, demonstrando tamanha preocupação do gestor municipal no cumprimento das obrigações.

4.3.3 Passivo Não Circulante- O Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data do encerramento do exercício a que se refere às demonstrações contábeis. É composto pelas obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

São considerados Passivo Não Circulante as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

No ano de 2022 foi feita a atualização da dívida previdenciária, confessando alguns débitos inclusive os previdenciários de exercícios anteriores, onde foi necessário pois o município de Capela aderiu ao Parcelamento Especial, mais a soma de precatórios atualizados, o que por consequência comprometeu o Resultado Patrimonial.

Reconhecimento de Dívidas a serem pagas em Longo Prazo é de R\$ 15.278.950,56.

O Balanço Patrimonial irá mensurar o Resultado Financeiro do Ente onde será demonstrado no Quadro do Superávit/Déficit Financeiro que poderá ser deficitário ou superavitário o que é difere do Resultado patrimonial que corresponde à diferença entre o valor total da VPA e o valor total da VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período evidenciado no Quadro os Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

O Ente obteve o Resultado Patrimonial de R\$ 5.062.283,24 e o Resultado Financeiro de R\$ 9.263.226,78.

O Passivo Financeiro consiste na soma do Passivo Circulante mais os Restos A pagar Não Processados de exercícios anteriores e os inscritos no Exercício.

O Resultado Financeiro do Exercício é a diferença do Ativo Financeiro menos o Passivo Financeiro.

A	Ativo Financeiro	18.422.407,67
B	Passivo Financeiro	9.159.180,89

4.3.4- **Patrimônio Líquido**- O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos, podendo evidenciar uma Situação Patrimonial Positiva ou uma Situação Patrimonial Negativa.

4.3.5- **Liquidez Corrente (Ativo Financeiro / Passivo Financeiro)** - A intenção da análise desse índice é mostrar a capacidade de pagamento do município a Curto Prazo, e assim ajudá-lo no planejamento de ações evitando o seu endividamento

Ativo Financeiro (A)	18.422.407,67
Passivo Financeiro (B)	9.159.180,89
Quociente (A/B)	2,01

Ao analisar o índice verifica-se que para cada R\$ 1,00 de dívidas a Curto Prazo, o município tem 2,01 para a sua cobertura, demonstrando então uma situação financeira confortável.

4.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade durante o exercício e indicará o resultado patrimonial do exercício. As alterações evidenciadas serão as resultantes da execução do orçamento anual e as ocorridas independentes da execução orçamentária. O resultado patrimonial é apurado na DVP pelo confronto das variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo que o resultado apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

4.4.1 **Variações Patrimoniais Aumentativas**- temos representados os efeitos das entradas da receita no patrimônio, bem como a baixa de passivos, no caso cancelamentos de restos a pagar, bem como incorporação por novas aquisições. A análise vertical da

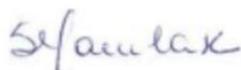
representatividade das variações aumentativa demonstra que a receita é o principal fator que altera positivamente o patrimônio, na análise vertical aponta que receitas de impostos, taxas, contribuição de melhorias, contribuições sociais e exploração de bens, de toda a variações enquanto as transferências entre entidades do Município mais as Transferências Intergovernamentais, tais como FPM da União, ICMS e IPVA do Estado, dentre outros.

4.4.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - compreende o decréscimo no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido e que não seja proveniente de distribuição aos proprietários da entidade.

Nas variações diminutivas temos representadas os efeitos da saída por causa de despesas no patrimônio, bem com a redução do ativo, por alienações, provisões e redução a valores recuperáveis de investimentos. Também tem o aumento do passivo a longo prazo em virtude de dívida fundada, tanto com novas inclusões, mas também com atualizações da dívida. A análise vertical da representatividade das variações diminutiva demonstra que as despesas com pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistências, com serviços, aquisição de bens e pagamentos de juros da dívida.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2022, como também foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Sergipe, TCE/SE.



SILVANY YANINA MAMLAK CAVALCANTE
PREFEITA MUNICIPAL



ALISSON TELES GOMES
CONTADOR – CRC:8579